

Fernando Henrique pede a demissão de Saulo

BRASÍLIA — O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, pediu ontem da tribuna da Comissão de Sistematização a demissão do consultor Geral da República, Saulo Ramos, acusando-o de ter desrespeitado a Assembléia Constituinte mediante uma entrevista concedida ao programa *Crítica e Autocrítica*, da TV Bandeirantes. O líder disse que já pediu a Ulysses Guimarães que fale com o presidente Sarney sobre o comportamento do consultor.

Quem primeiro pediu a palavra para condenar a entrevista de Saulo Ramos foi a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), que, num tom inflamado, disse que a Comissão de Sistematização tem direito ao mesmo espaço na televisão para se defender. Muito aplaudida, Sandra afirmou que a Mesa da Constituinte precisa ir à televisão dar ao consultor "a resposta que ele merece ouvir". Segundo a deputada, não vai ser diante dos ataques de Saulo Ramos que a Constituinte vai alterar o curso das votações.

"Se o presidente da República não sabe, temos o poder, sim, de mudar o sistema de governo e de convocar eleições diretas no próximo ano. E não estamos aqui para levar pito de uma pessoa que não tem autoridade política, nem histórica e muito menos eleitoral", disse ainda Sandra Cavalcanti, novamente recebendo aplausos.

Sem defesa — Nenhuma voz se levantou em plenário para defender o governo ou mesmo apenas o consultor, e o líder Fernando Henrique Cardoso pegou o microfone para subscrever todas as palavras de Sandra. Contou já ter pedido a Ulysses Guimarães, durante a reunião da Executiva do PMDB, quarta-feira, que falasse com o presidente Sarney sobre o comportamento de Saulo Ramos:

"Eu pedi ao doutor Ulysses que fizesse saber ao presidente nossa repulsa às declarações do consultor, que não pode continuar assacando críticas indiscriminadas e persistentes contra a Assembléia Constituinte e permanecer no Governo."

Amigo de Saulo Ramos, o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, pediu ao senador José Fogaça que falasse em seu nome para condenar a entrevista do consultor. O deputado Brandão Monteiro, que estava presidindo a Mesa, também acha que Saulo Ramos merece uma resposta da Constituinte.

Arquivo — 22/6/87

Arquivo — 25/5/87



Sandra: soberania

Cardoso: repulsa

Arquivo — 8/3/86



Entrevista de Saulo irritou constituintes

Ulysses busca fórmula que acelere trabalhos

BRASÍLIA — Preocupado com a demora na preparação da nova Constituição, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, convocou o secretário da mesa, Paulo Afonso de Oliveira, para encontrar uma fórmula que apresse os trabalhos. Ulysses defende a tese de que a Comissão de Sistematização não deve mais examinar os destaques que atrasam o exame do substitutivo de Bernardo Cabral, para que o texto possa logo ser encaminhado a plenário.

O assunto será debatido entre Paulo Afonso e Ulysses no domingo, depois que o presidente Sarney voltar de sua visita à Venezuela. Num encontro ontem com vice-líderes do PMDB, no Palácio do Planalto, o presidente da República em exercício revelou sua preocupação com a morosidade dos trabalhos da Constituinte e advertiu que "o país está parado, aguardando a nova Constituição".

Ulysses explicou que pretende estudar com Paulo Afonso as saídas regimentais para o problema, mas deixou claro a intenção de trabalhar por um grande acordo permitindo que todos os destaques sejam derrubados em bloco. Para isso serão necessários 47 votos dentro da Comissão de Sistematização. Com esse acordo, a votação ficaria restrita ao texto do substitutivo preparado pelo relator Bernardo Cabral, sem necessidade de se apreciar os milhares de pedidos de destaque que atrasam o exame da nova Constituição.

Outras três hipóteses foram levantadas por Ulysses. A primeira é o funcionamento simultâneo da Comissão de Sistematização e do plenário, para que tudo o que for aprovado na Sistematização passe logo pelo conjunto dos constituintes. Na segunda hipótese, a votação continua seu curso normal, inclusive com o exame dos destaques, e segue do jeito que estiver para plenário quando terminar o prazo da Comissão (28 de outubro). A terceira hipótese, a menos desejada por Ulysses, seria a prorrogação deste prazo.

Esquerda e direita chegam a entendimento

Semana de 44 horas e estabilidade são frutos do diálogo

Teresa Cardoso

BRASÍLIA — Atendendo pedido do deputado Luís Inácio da Silva, Lula, presidente do PT, que há duas semanas o senador Carlos Chiarelli (PFL-RS) foi à tribuna da Comissão de Sistematização defender a estabilidade no emprego. Foi também depois de uma conversa com Lula que o presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco (PMDB-SE), terminou votando a favor da participação dos empregados nas vantagens advindas da modernização tecnológica das empresas. E foi numa conversa com a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) que o próprio Lula se convenceu da necessidade de prévia indenização para as desapropriações que o governo realizar por interesse social.

Mas esses fatos, demonstrativos de que o líder do maior partido de esquerda vêm se entendendo com a direita, ilustram bem mais que isso: a direita e a esquerda da Constituinte, que no início do ano mal se cumprimentavam, hoje sentam para conversar e para votar unida em plenário. "Descobrimos que sem acordo não há salvação". Aqui nesse plenário, nem a esquerda sozinha consegue avanços, nem a direita isolada consegue votar coisa alguma. A única saída é o entendimento", diagnostica o senador José Richa (PMDB-PR), um dos mais requisitados líderes da corrente moderada.

Conversas — Episódios ilustrativos desses entendimentos não faltam, desde que esquerda e direita se uniram para rejeitar uma emenda prevendo desapropriações de terra sem prévia indenização, no mês passado. Há três semanas, constituintes de esquerda como os deputados Vicente Bogo (PMDB-RS), Aldo Arantes (PC do B-GO), Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) e Nelton Friedrich (PMDB-PR), procuraram o deputado Carlos Sant'Anna, líder do Governo, para uma conversa. Queriam saber até onde vai a intransigência do Governo sobre a votação de temas como parlamentarismo, mandato presidencial e reforma agrária.

Na conversa, marcada pela polidez, chegou-se inclusive a perguntar a Sant'Anna se ele era latifundiário na Bahia. O líder respondeu, no mesmo tom recomendado pelas boas maneiras, que não é dono de um só metro de terra. Ao final, ele prometeu conversar com o presidente da República e trazer para esses parlamentares uma definitiva posição do governo sobre esses temas nevrálgicos. O próprio Sant'Anna deixou a reunião pregando a necessidade de racionalizar o debate. "A gente tem que se entender para centrar briga onde realmente há briga. Não vamos brigar inutilmente", disse.

Uma semana depois, esses mesmos

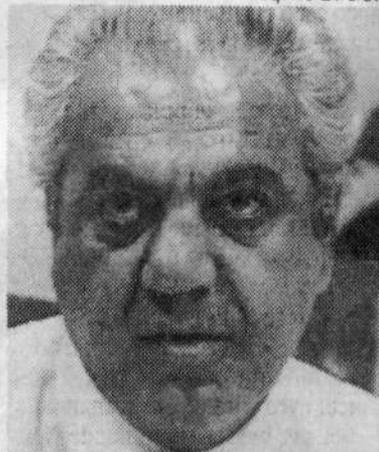
Desarticulação prejudica moderados

Agláé Lavoratti

BRASÍLIA — A falta de articulação e a ausência de lideranças entre os moderados do PMDB obriga a direita da Comissão de Sistematização a negociar com a esquerda para evitar uma catástrofe na Constituinte. "A esquerda está completamente organizada, enquanto nós não conversamos sobre o que queremos", admite o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE).

No início da votação do artigo 6, há 10 dias, a esquerda passou a comandar as ações, surpreendendo todas as previsões quando garantiu a estabilidade, enquanto o plenário da comissão rejeitava a proposta dos empresários gaúchos. Começava a se desenhar nas votações um quadro em que ficava cada vez mais nítida a falta de espaço para os moderados e a direita.

O deputado Ricardo Fiúza admite



Richa: impedir confronto

Arquivo 21/5/87



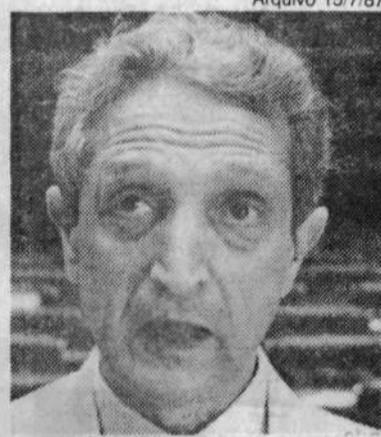
Lula: indenização prévia

Arquivo 5/3/86



Chiarelli: estabilidade

Arquivo 5/6/87



Sampaio: reforma agrária

Arquivo 15/7/87

esquerdistas tiveram uma conversa dessa vez mais difícil, com um dos maiores latifundiários de Minas Gerais, o deputado Rosa Prata (PMDB-MG), intransigente inimigo da reforma agrária. "Eu nunca pensei em me sentar numa mesa para conversar com Rosa Prata, ainda mais sobre reforma agrária. E não foi difícil o diálogo", surpreendeu-se o deputado Plínio de Arruda Sampaio. A conversa foi na biblioteca da Câmara e a intenção do grupo esquerdista era saber se havia forma de entendimento com a direita para a votação dos artigos mais discutidos da Constituição.

O grupo começou por fazer uma análise exploratória do projeto, insistindo sempre com Rosa Prata sobre os dispositivos em que fosse possível evitar o impasse. Ninguém saiu comemorando vitórias dessa reunião, mas já ficou acertada uma futura conversa, pois nesse intervalo eles vão levantar todas as emendas referentes sobretudo a reforma agrária.

Avanços — Lula ainda acha que muito caminho falta ser percorrido para que direita e esquerda cheguem a um amplo entendimento. Mas reconhece que a direita passou a conviver com o fato de que, sem um mínimo de avanços sociais, a nova Constituição não terá credibilidade junto ao povo. Ele celebra o fato de o deputado Konder Reis (PDS-SC), que é empresário, ter ido à tribuna defender a estabilidade no emprego, mas admite que foi graças a um

entendimento com a direita que o artigo foi aprovado.

Na opinião do deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), o que as votações da Comissão de Sistematização têm demonstrado é que a ala de centro-esquerda está com a razão. Ele atribui os avanços até agora conquistados à decisão de não radicalizar, tomada por parlamentares como Fernando Henrique Cardoso, Pimenta da Veiga, Artur da Távola, Virgildásio Sena, José Serra e ele próprio. "Nós estamos empenhados em viabilizar essa Constituinte e, sem ceder um pouco, não há solução", explicou Egídio. Ele tem conversado muito com o senador Albano Franco e disso resultou que os trabalhadores ganharam no projeto uma jornada de 44 horas de trabalho.

A direita queria uma jornada de 48 horas e a esquerda fincava pé em 40 horas. "Eu mesmo insisti com o Albano, pedindo que ele cedesse. Por isso não saímos derrotados. Além das 44 horas, deixamos no projeto uma margem para que as convenções trabalhistas negociem jornadas menores." Mas não é só Egídio que vem comemorando o entendimento. Um dos mais inflamados parlamentares da esquerda, o deputado José Genoíno (PT-SP) já celebra o fato de que dialoga com todo mundo na Constituinte. "Eu só não consigo entendimento com o Roberto Campos e o Delfim Neto, mas aí é impossível", disse Genoíno.

também que faltou articulação. Além disso, acusa os moderados do PMDB de não terem assumido suas posições. Ele diz que os senadores Albano Franco e José Richa não procuraram a unidade do grupo. "Toda vez que votamos itens decisivos, o senador Albano Franco fica isolado dentro da bancada, sem liderança para levar o centro. Richa não queria se expor e, mais grave do que fez Albano, acabou votando com a esquerda."

Sem força — Efetivamente, não houve um pólo de articulações de direita. Seus representantes na Sistematização, Afif Domingos, Albano Franco, Francisco Dornelles e José Lourenço, não têm liderança suficiente para arrematar votos, e o líder do PFL preferiu se envolver com a crise da Aliança Democrática e a reforma ministerial, deixando a bancada sem uma orientação na comissão.

O envolvimento de Lourenço com a

crise política provocada pelo Palácio do Planalto acabou atingindo também o líder do Governo, Carlos Sant'Anna. Os moderados liderados pelos dois ficaram inseguros diante da intranquilidade transmitida pelo governo que, empenhado na recomposição de forças para sua sustentação, deixou a Constituinte em segundo plano. A consequência foi os moderados serem atropelados pela esquerda.

Avanço — Para a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), o artigo referente aos direitos dos trabalhadores é um avanço. "Resgatamos parte do que esperavam os trabalhadores", disse. Cristina acusa a liderança do PMDB de não permitir avanços maiores, como a jornada de 40 horas semanais. "A liderança está representada por homens sérios, mas sem densidade política para decisões desse porte. Quando votaram conosco, vieram praticamente a reboque."